

# AMBIENTE INSTITUCIONAL DA VINICULTURA ARTESANAL EM JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO<sup>1</sup>

Malimíria Norico Otani<sup>2</sup>  
Adriana Renata Verdi<sup>3</sup>  
Maria Lúcia Maia<sup>4</sup>  
Carlos Eduardo Fredo<sup>5</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

As produções de uva (viticultura) e do vinho (vinicultura), cujas atividades associadas compõem a vitivinicultura, ainda são pouco significativas na composição da economia do Estado de São Paulo. No entanto, dada a concentração espacial, as atividades vitivinícolas detêm grande importância para alguns municípios paulistas, ao considerar a influência na formação cultural de parte significativa da população local e as externalidades positivas em função da associação ao turismo rural e ao enoturismo.

A tradicional concentração vitivinícola do município de Jundiaí se destaca pela presença de grandes envasadores e de pequenos produtores de vinho. Segundo pesquisa recente, o pequeno vinicultor de Jundiaí tem a peculiaridade de utilizar basicamente uva cultivada na propriedade, elaborar e comercializar o vinho nas próprias dependências do imóvel rural. Além dessas características, as atividades vitivinícolas e os serviços relacionados à comercialização são desenvolvidos pelos membros da própria família, portanto, trata-se de agroindústria familiar. O produto resultante dessa categoria de produtores vitivinícolas é comumente denominado de vinho artesanal (VERDI et al., 2010).

A origem da concentração vitivinícola

de Jundiaí foi influenciada pela imigração italiana e de seus costumes, dos seus conhecimentos técnicos tradicionais sobre o trato das videiras e do trabalho em família. Os italianos foram os primeiros colonos que chegaram a Jundiaí para trabalhar inicialmente na cultura do café, mas sempre mantiveram o hábito cultural de cultivar uva para elaborar vinho para o consumo familiar. Hoje a produção do vinho vem se tornando uma opção de renda alternativa ou complementar para os descendentes.

Dadas as características da produção do vinho “artesanal”, como o cultivo da uva e a produção de vinhos em pequena escala na propriedade rural, mediante emprego de mão de obra familiar, a vitivinicultura de Jundiaí assume significativa importância social, pois detém a capacidade de fixar o trabalhador no campo, em seu espaço vivido e portador de grande significado.

Além dessas vantagens, a vitivinicultura envolve uma fonte de novas perspectivas de desenvolvimento regional, pois demonstra significativa capacidade de articulação com o turismo. A permanência e o desenvolvimento desta atividade econômica podem constituir a base para a estruturação do turismo rural e do enoturismo. Portanto, são grandes as perspectivas de atração de novos empregos e investimentos para a região em hotéis, pousadas, restaurantes, condizentes com a preservação ambiental e com o resgate dos costumes e das tradições regionais.

A despeito dos benefícios econômicos, sociais e ambientais, os produtores enfrentam uma série de dificuldades como a falta de articulação entre os produtores e demais organizações envolvidas com a cadeia de produção do vinho, a informalidade e a multiplicação de grandes projetos imobiliários que promovem maior concorrência pela terra e pela mão de obra agrícola. No conjunto, tais fatos contribuem para que os pequenos vitivinicultores desistam da atividade e de suas terras e migrem para as áreas urbanas. A longo prazo, esses fatos poderão instalar proces-

<sup>1</sup>Este trabalho faz parte do projeto da FAPESP Revitalização da vitivinicultura: competitividade, governança e sustentabilidade e é parte da dissertação da primeira autora, na FEAGRI/UNICAMP. Cadastrado no SIGA NRP3731 e registrado no CCTC, IE-07/2011.

<sup>2</sup>Socióloga, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: maliotani@iea.sp.gov.br).

<sup>3</sup>Geógrafa, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: averdi@iea.sp.gov.br).

<sup>4</sup>Economista, Mestre, Pesquisadora Científica do CAPTA-Frutas, Instituto Agrônomo de Campinas (e-mail: mlmai-a@iac.sp.gov.br).

<sup>5</sup>Engenheiro de Computação, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: cfredo@iea.sp.gov.br).

sos de alteração das paisagens bucólicas e deterioração da qualidade de vida do município de Jundiáí.

Essa problemática impõe a necessidade de buscar soluções para os desafios enfrentados pelos vitivinicultores artesanais. Assim, o trabalho parte da hipótese de que as principais dificuldades vividas pelos pequenos produtores de uva e vinho, notadamente a informalidade e a concorrência pela terra e pela mão de obra, derivam da falta de ambiente institucional favorável ao desenvolvimento. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é analisar as ações dos agentes e organizações públicas e privadas envolvidas com as atividades vitivinícolas do município de Jundiáí para caracterizar o ambiente institucional que rege o desenvolvimento dessas atividades.

## 2 - METODOLOGIA

Este trabalho é parte do projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e coordenado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA). O projeto teve como referência a realização de entrevistas qualitativas desenvolvidas entre os anos de 2008 e 2009, com lideranças técnicas, políticas e de produtores agrícolas, ligados ao setor vitivinícola do município de Jundiáí. As lideranças dos produtores foram selecionadas a partir do cadastro consolidado no censo vitivinícola do município, também realizado ao longo do desenvolvimento do projeto financiado pela FAPESP.

Para a realização das entrevistas foi elaborado roteiro de questões orientadas segundo a preocupação de promover informações sobre as propostas de projetos e ações efetivas dos agentes e organizações voltados ao desenvolvimento das atividades vitivinícolas no município de Jundiáí, além de analisar a articulação entre os diversos interesses.

Ao contemplar questões com o interesse de identificar a existência de lideranças atuando junto ao grupo de vitivinicultores e o possível grau de coordenação entre os atores sociais que levem ao desenvolvimento do segmento como um todo (FLIGSTEIN, 2001), o trabalho contribui para a caracterização do ambiente institucional e para a proposição de políticas públicas de orientação do desenvolvimento.

A caracterização do ambiente institucional está baseada na concepção de instituição como agrupamentos sociais legitimados, portanto, implica apreender as formas contemporâneas de ação coletiva, que buscam novos compromissos mediante a cooperação e a projeção de novas ordens sociais, sobretudo em nível local e regional (PIRES; MÜLLER; VERDI, 2006).

As instituições assumem importância porque constituem as regras do jogo e são representadas pelas leis, tradições e costumes que caracterizam cada sociedade. Este conceito parte do pressuposto que toda a sociedade funciona baseada em normas e tem como objetivo criar estruturas que permitam a interação social em todos os níveis, no campo político, social e econômico (NORTH, 1994).

## 3 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA VITIVINICULTURA BRASILEIRA

Ao contrário do que ocorre em quase todos os países produtores que utilizam videiras europeias (*vitis vinífera*), o setor vitivinícola brasileiro apresenta uma característica marcante: a elaboração do vinho com preponderância das uvas americanas<sup>6</sup> e híbridas. Segundo Rosa e Simões (2004), apesar da escassez de dados a respeito, há informações de que os únicos países que elaboram vinho de uvas americanas são o Brasil e o Paraguai.

Os vinhos obtidos de uvas americanas têm propriedades organolépticas distintas das dos demais, podendo ser considerados como produtos diferentes dos vinhos de *vitis viníferas*, considerados vinhos finos. Assim, o mercado de vinhos no Brasil é complexo, devido à grande diversidade de tipos de vinho produzidos. Pode-se dividir esse mercado em dois segmentos principais: o de vinhos comuns, ou de mesa, e o de vinhos finos de qualidade.

Os vinhos de qualidade estão diretamente relacionados às peculiaridades das uvas e às condições locais. As características edafoclimáticas locais constituem o fundamento do sistema de denominações de origem, que é aplicado principalmente na Europa. Estes vinhos passam por rígidos critérios de qualidade, que vão desde a

<sup>6</sup>As videiras americanas são espécies nativas da América do Norte e não variedades da videira europeia cultivada na América do Norte.

maturação das uvas até a finalização da produção. Enquanto o vinho comum, apesar de ser o mais produzido e consumido no Brasil, constitui um produto desvalorizado pelos formadores de opinião do setor, pois geralmente são associados ao baixo padrão tecnológico de produção e destinados ao consumidor que busca preços baixos. Em geral, as técnicas de vinificação no país estão em sintonia com as mudanças internacionais, seguindo os parâmetros da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), o organismo que regula as normas internacionais de produção de vinho, da qual o Brasil é membro desde 1995 (ROSA; SIMÕES, 2004; SCHNEIDER, 2006).

A produção vinícola em moldes empresariais teve forte incremento em meados da década de 1980, com investimentos na modernização das vinícolas localizadas na Serra Gaúcha e na implantação dos novos polos produtores, como as áreas de altitude de Santa Catarina e o Vale do Submédio São Francisco, nos Estados da Bahia e Pernambuco, onde se inicia uma viticultura com forte base tecnológica e focada na produção de uvas de variedades de *vitis vinifera* para a elaboração de vinhos finos de qualidade (PROTAS, 2008).

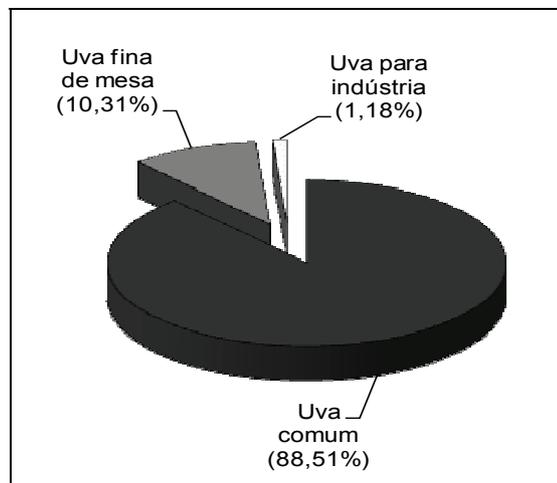
Entretanto, nas tradicionais regiões vinícolas, estruturadas na agricultura familiar, como a Serra Gaúcha, origem da maior parte do vinho envasado no Estado de São Paulo, não houve a mesma determinação, o que resulta numa perda do potencial enológico da matéria-prima e da competitividade da cadeia produtiva local (PROTAS, 2008).

Assim, devido à forte concorrência e perda da competitividade produtiva dos vinhedos, está havendo uma movimentação do setor empresarial mais organizado, sobretudo do Sul do país, para traçar um programa de reestruturação da base física da produção vitícola, para buscar recursos externos que possibilitem maior produtividade, competitividade e sustentabilidade da agricultura familiar e das indústrias de vinho.

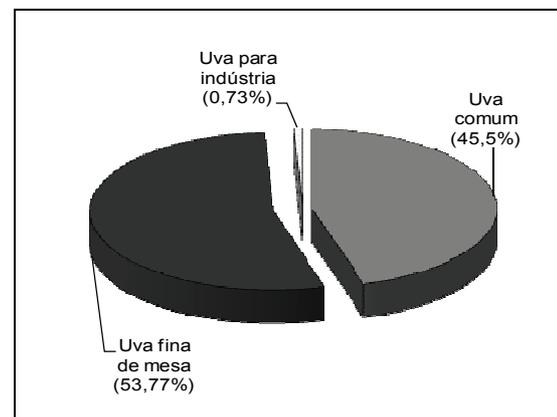
#### 4 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA VITIVINICULTURA DE JUNDIAÍ

Com as condições tecnológicas e econômicas mais favoráveis à produção de uva de mesa, a uva para processamento foi perdendo espaço na viticultura paulista. Ao considerar a

produção vitícola do Estado de São Paulo, pode-se notar que a uva para processamento representa somente 1,18% do total de pés em produção e 0,73% do total de quilos produzidos (Figuras 1 e 2).



**Figura 1** - Total de Pés de Uva do Estado de São Paulo, 2009.  
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IEA (2010).



**Figura 2** - Total de Uva Produzida no Estado de São Paulo, 2009.  
Fonte: Elaborada pelos autores com base em IEA (2010).

No censo vitivinícola da FAPESP, em Jundiá, em 2007/2008, levantou-se 284 unidades produtivas, com 732 ha de uva (Tabela 1). Tais informações são coerentes com a impressão consensual das lideranças políticas e técnicas. Segundo as entrevistas, houve forte redução de viticultores em função da contínua queda da rentabilidade da atividade, agravada pela forte expansão urbana e industrial na região que levou à venda de importante área cultivada para novos empreendimentos imobiliários. Destaca-se neste universo a predominância de pequenas propriedades.

TABELA 1 - Estrato de Área, Área de Uva, Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, 2007/08

Estrato (ha)	Produtores		Área	
	n.	%	ha	%
0,1 a 5,0	142	50,0	191,2	26,1
5,01 a 10,0	62	21,8	152,8	20,9
10,01 a 20,0	52	18,3	192,5	26,3
20,1 a 30,0	11	3,9	57,5	7,9
30,1 a 40,0	5	1,8	26,0	3,6
40,1 a 50,0	4	1,4	55,9	7,6
Mais de 50,0	8	2,8	56,1	7,7
Total	284	100,0	732,1	100,0

Fonte: Dados de pesquisa.

No censo vitivinícola do município de Jundiaí foram identificados 35 produtores de vinhos artesanais. Em 2008 eles produziram o total de 319.414 litros mediante tradição e conhecimentos transmitidos pelos antepassados.

A origem da concentração vitivinícola de Jundiaí foi influenciada pela imigração italiana. Os imigrantes se instalaram na região como meeiros nas fazendas de café. Quando chegavam na fazenda que os havia contratado, além de um número de cafeeiros para serem trabalhados, recebiam casa para morar e um lote de dois hectares, onde desenvolviam plantações de alimentos para a subsistência e uvas para a produção de vinhos caseiros, somente para consumo próprio (VERDI et al., 2007, 2010).

As geadas da primeira metade do século XX, aliadas à importação da variedade "Isabel" e à crise do café em 1929, constituíram divisores de águas entre a opulência da cafeicultura e a viticultura na região de Jundiaí.

Dirceu Lino de Mattos, em seu trabalho "Vinhedo e Viticultores de São Roque a Jundiaí", transcrito no livro de Ricardo Viveiros, descreve o ambiente em que aconteceu a transição das culturas:

Da viticultura doméstica, de fundo de quintal, passa-se gradualmente para a viticultura em pequena escala, nos sítios (...). O colono, depois de alguns anos de trabalho nas fazendas, conseguia acumular alguma economia (...). Progressivamente, o imigrante vai se libertando de sua condição de colono para se tornar dono da terra e a vinha vai se impondo na paisagem e na vida rural. O sitiante e o vinhedo surgem como um só fenômeno resultante da desintegração da grande propriedade cafeicultora (VI-

VEIROS, 2005 apud VERDI et al., 2007, 2010).

Assim, na década de 1930, o desenvolvimento econômico de Jundiaí baseado na viticultura tomou impulso. Além das boas condições edafoclimáticas e da presença da mão de obra italiana qualificada, o potencial do setor foi estimulado pelo ambiente institucional coordenado, com a participação de importantes organizações públicas. Dentre os principais agentes envolvidos e articulados no ambiente institucional favorável ao desenvolvimento da vitivinicultura de Jundiaí na época, destacam-se a Escola Agrícola de Piracicaba, o Instituto Agrônomo, o Instituto Biológico e as Estações de Citricultura de Campinas, Sorocaba e São Roque que desenvolviam pesquisas e apresentavam trabalhos técnicos para melhorar o manejo e a produtividade da cultura (ROMERO, 2004; OTANI, 2010).

O setor privado, por sua vez, estava organizado em associações setoriais, cujos grupos eram constituídos de produtores agrícolas e funcionários de órgãos públicos, o que mostra a forte interação entre todas as organizações locais envolvidas na cadeia vitivinícola.

Em 1934 acontece em Jundiaí a primeira Exposição Vitivinícola e de Frutas do Estado de São Paulo. Em 1936 foi criada a Estação Experimental de Jundiaí, do Instituto Agrônomo (IAC), um centro de referência para a vitivinicultura no distrito de Corrupira, hoje denominado Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio de Frutas (CAPTA-Frutas). Também foi instalado o Posto de Fiscalização de Vinhos, transformado posteriormente em Estação de Enologia de Jundiaí, do Ministério da Agricultura, responsável pelo controle da produção e circulação de vinhos e derivados na zona vitícola da região (ADMINISTRAÇÃO DE JUNDIAÍ, 1992).

Os eventos de divulgação do setor atraíram uma população considerável. A primeira Exposição Vitivinícola ocorreu no antigo Mercado Municipal. Na época, o município tinha 28.000 habitantes e recebeu 200.000 visitantes, fato que gerou transtornos, já que a cidade não tinha infraestrutura adequada para evento de tal porte. A exposição teve a finalidade de atrair a atenção do país para Jundiaí como centro produtor de uva, firmando em bases nacionais a reputação dos produtos dos parreirais jundiaenses (ADMINISTRAÇÃO DE JUNDIAÍ, 1992).

No ano de 1938 acontece a segunda

Exposição Vitivinícola e de Frutas do Estado de São Paulo, junto com o IV Congresso de Viticultura de Enologia em Jundiá, sinalizando a importância do vinho nas atividades no município.

No período entre as décadas de 1930 e 1950, o setor obteve um suporte importante das organizações públicas e privadas para melhorar a qualidade e aumentar a produtividade, o que propiciou a consolidação da produção de uva, sobretudo a de mesa.

O fortalecimento do ambiente institucional promoveu a instalação das primeiras indústrias de vinho e a consolidação das atividades vitivinícolas no município de Jundiá. Em 1926, as pioneiras Cereser e Borin se instalam no bairro do Caxambu, principal concentração de produtores vitivinícolas até os dias atuais.

Na fase inicial, essas indústrias utilizam uvas locais e regionais para a fabricação de vinhos, mas a partir do desenvolvimento das vinícolas do Sul do país, tais indústrias sofreram a concorrência e perderam competitividade no cenário brasileiro. Para reduzir os custos de produção, tais vinícolas restringiram suas atividades ao envasamento e rotulação dos vinhos importados da região Sul do país. A indústria de vinho de Jundiá está cada vez mais dependente da uva cultivada em outros estados, principalmente a do Rio Grande do Sul, o maior produtor de vinho e de uva para vinho do país (VERDI; SILVA; FRANCISCO, 2006).

A falta de mercado para a uva para processamento no município levou à redução progressiva da sua produção e estimulou uma forte expansão da produção de uva de mesa. O setor agrícola de Jundiá tem como principal cultura a produção de uva da variedade “Niágara”. No geral, a uva é cultivada em pequenas áreas, devido à grande fragmentação dos imóveis, ocorrida ao longo da sua história de ocupação.

A região tem boas condições edafoclimáticas para o cultivo da videira que, aliada à tradição e ao conhecimento acumulado ao longo da história das famílias na atividade, permite a produção de uvas de melhor qualidade, quando comparada com as mais recentes regiões produtoras de clima tropical (VERDI et al., 2005).

Os produtores de vinho artesanal de Jundiá sofrem pressões. A grande maioria há muito tempo tem a uva de mesa como principal fonte de renda e comercializa o vinho em pequena quantidade, para amigos e para a freguesia

antiga, formada “boca a boca”.

Os produtores mais idosos, que tradicionalmente se dedicam com exclusividade ao trabalho agrícola e à tradicional elaboração do vinho artesanal, conduzem as atividades como os antepassados, sem formalização legal. Em geral, eles têm dificuldades para tratar de questões de cunho administrativo e gerencial, como a realização das mudanças necessárias para legalizar a atividade, pois além de necessitar interferir no saber fazer familiar, ainda teriam que tratar de temas pouco afeito a seus cotidianos. Quando indagados sobre as dificuldades para legalizar a produção, eles apontam como obstáculos, principalmente, a burocracia, a falta de conhecimento e de recursos para essa finalidade (VERDI et al., 2010).

Além das dificuldades decorrentes da sua especificidade, a produção não agrícola, ainda que artesanal, é regulada por um ambiente institucional que afeta todos os agentes, como direitos de propriedade, políticas de segurança alimentar, garantia de qualidade mínima, etc. Por conseguinte, ao comercializar a produção de vinho artesanal, os produtores passam a ter que seguir as regras formais que regem a atividade, como o pagamento de impostos e a obediência a parâmetros oficiais de sanidade, de qualidade, entre outras. A maior complexidade das relações que se estabelecem devido aos vínculos legais, técnicos e econômicos faz com que as instituições se tornem fundamentais, dada a necessidade de reduzir as incertezas e de permitir o avanço das ações coordenadas (FLIGSTEIN, 2001).

A comercialização informal realizada sem seguir as normas da vigilância sanitária e de recolhimento de impostos passa a sofrer pressão de ordem legal. Entre 2003 e 2004, foram feitas denúncias ao Ministério da Agricultura e várias adegas, que foram alvos de fiscalização, tiveram que se comprometer a se ajustarem às regras determinadas pelas autoridades legais.

A necessidade de alternativas de renda, a mobilização e a maior divulgação do vinho artesanal ocasionaram uma reação dos produtores de vinho legalizado que detonou um processo de mudança no ambiente institucional que norteia a atividade e demandou transformações da parte dos produtores (OTANI, 2010).

Segundo o censo da FAPESP, os produtores, a maioria com mais de 70 anos, receberam a fiscalização com surpresa. Para estes agricultores, a tradição e o conhecimento de pro-

duzir uva e vinho é um patrimônio social e cultural das famílias e percebem a pressão para se legalizar como uma interferência num procedimento privado, no saber que pertence aos ancestrais da família. Essa nova situação é motivo de tensão entre os agricultores familiares, que relutam em mudar alguns procedimentos técnicos já cristalizados e percebem a legalização da atividade também como uma burocracia cara e difícil de ser vencida.

## 5 - O AMBIENTE INSTITUCIONAL NA PRODUÇÃO DE UVA E VINHO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Após um largo período em estagnação, o setor vitivinícola do Estado de São Paulo vem passando por uma rearticulação, envolvendo fundamentalmente os principais elos da cadeia vitivinícola, o produtor de vinho industrial e de vinho artesanal.

É interessante notar que por fatores externos distintos, cada elo da cadeia iniciou a mobilização isoladamente, procurando diferentes instâncias de interlocução, a partir dos anos 2000.

Tais iniciativas isoladas se convergiram e constituíram o movimento em prol da retomada da produção de uva e vinho no Estado de São Paulo, dinamizado pelo projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e coordenado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA). O Projeto Revitalização da cadeia vitivinícola paulista, fruto da articulação entre Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), prefeituras municipais e principais sindicatos e cooperativas ligadas ao setor, promoveu discussões coletivas dos principais agentes envolvidos.

A partir de 2006, o movimento em prol da vitivinicultura paulista se consolida mediante o desenvolvimento de ações voltadas para a construção de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento do setor. Dentre os principais resultados desse movimento, destacam-se a criação do Instituto Paulista de Vitivinicultura (SPVINHO), a Câmara Setorial de Uva e Vinho do Estado de São Paulo (CSUV) e a organização

de eventos para divulgação do vinho paulista. A criação da câmara, ação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, constitui um marco para o setor e representa um espaço de interação e articulação entre os agentes do setor voltado para a maior representatividade no âmbito federal e para a solução coletiva dos entraves.

A indústria vinícola, representada principalmente pelos envasadores, prevê dificuldades para um futuro próximo e se preocupa em estabelecer parcerias para promover a incipiente vitivinicultura do estado, com o objetivo de obter suprimento de matérias-primas mais baratas para a indústria e reivindicar com maior peso alterações (redução) nas margens de impostos pagos pelos produtores paulistas, que é maior do que o pago pelos demais estados do Sul, os principais produtores do país.

Ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), os principais sindicatos do estado, o Sindicato da Indústria do Vinho de São Roque (SINDUSVINHO) e o Sindicato da Indústria do Vinho de Jundiaí (SINDVINHO) constituíram o Instituto Paulista de Vitivinicultura, o SPVINHO. Criado em 2007, este instituto tem por objetivo integrar os diversos interesses da cadeia vitivinícola do estado e empreender esforços para revitalizar a produção de uva para processamento e de vinho no Estado de São Paulo. Essa iniciativa dos envasadores irá reforçar a mobilização já iniciada em Jundiaí, pelos vitivinicultores artesanais.

As principais dificuldades enfrentadas pelo grupo de vinicultores promoveram maior articulação entre este grupo de viticultores. A condição da informalidade das atividades vinícolas influencia negativamente o acesso ao mercado, a competitividade e a sustentabilidade destes num contexto marcado por conflitos gerados pela crescente concorrência entre os diversos usos do solo rural e da emergência de novas demandas de emprego da mão de obra local.

Este grupo de produtores de vinho artesanal está cada vez mais sensibilizado de que a saída mais plausível da informalidade é a constituição de cooperativa. Tal sensibilização tem contribuído para o desenvolvimento de ações voltadas para a mobilização e a maior articulação entre eles. Frente a essas ponderações, para garantir a tradicional atividade dos pais, os filhos, cuja grande parte tem outra atividade fora do

setor rural, lideraram a busca de alternativas possíveis para adequar o processo produtivo às normas exigidas pela legislação, promovendo a transição da associação para cooperativa vinícola (OTANI, 2010).

Assim, o grupo de produtores do bairro Caxambu, a partir das relações de proximidade geográfica, de vizinhança e conhecimento de algumas gerações, tomou a iniciativa de estimular a proximidade organizacional ao criar em 2004 a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho (AVA). A principal justificativa para a constituição da cooperativa é a possibilidade de saída da informalidade, já que a nova condição jurídica do grupo permite a legalização coletiva da atividade.

Esta ação de empreendedorismo, em favor da formalidade das atividades vinícolas, constitui um indicador que as lideranças desse processo demonstram ter o que Fligstein (2001) chama de “habilidades sociais”, ao assumir um papel importante no fortalecimento da atividade vinícola local, considerando-se a necessidade de atender à demanda pela legalização e oferta de produtos de melhor qualidade ao consumidor.

O principal problema era o alto custo das mudanças exigidas, uma vez que as normas são as mesmas demandadas a grandes empresas que apresentam maior escala de produção. As dificuldades encontradas para se ajustar às exigências para formar uma cooperativa se concentravam principalmente na melhoria das condições de fabricação, de envasamento e de comercialização do produto.

O processo foi realizado conforme a disponibilidade de recursos da família, concomitante com o trabalho de convencimento dos mais idosos com relação às mudanças e custos necessários.

Muitas foram as dificuldades encontradas, dentre elas a obrigatoriedade de realização de ações coletivas, principalmente a exigência do envasamento do vinho com um rótulo comum ao grupo. A maior parte dos produtores, notadamente os mais antigos, fazia questão de manter os nomes de suas adegas para preservar a identidade da família no produto. A consideração de tais preocupações faz com que a liderança da AVA promova um movimento contínuo de articulação entre a preservação da tradição local e as exigências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (OTANI, 2010).

Outras atribuições da AVA são con-

quistar e preservar um espaço próprio de produção e comercialização de vinho artesanal, mantendo o modo tradicional de produção e organizando as ações de forma coletiva, tanto para se adequarem aos padrões da vigilância sanitária, quanto para efetuar compras conjuntas. Tais atribuições ocorrem mediante a preocupação em realizar negociações junto às autoridades competentes e reivindicar ajustes da legislação às peculiaridades da produção familiar artesanal de vinho.

Ainda no âmbito da organização dos produtores e trabalhadores agrícolas, convém destacar as ações do Sindicato Rural de Jundiá, que tem atuado junto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Segundo depoimento de produtores, eles foram eficientes, no início da mobilização, na promoção de cursos voltados para o vinho. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também promove a capacitação dos agricultores e desenvolve experimentos em parceria com o Centro de Fruticultura do IAC para efeitos de demonstração.

Quanto ao suporte de organizações governamentais locais, o setor agrícola de Jundiá conta com o apoio de uma estrutura da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Da parte municipal, conta com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, cuja função principal é organizar a venda de produtos locais em pontos por ele determinados. Há recursos humanos disponibilizados para atender o setor, porém, segundo declarações dos funcionários, o orçamento municipal vem diminuindo a participação relativa da secretaria, o que reflete a importância cada vez menor do setor agrícola na economia e na correlação das forças políticas no município.

Outra secretaria que pode afetar indiretamente a atividade agrícola é a de Desenvolvimento Econômico, que tem sob sua coordenação o Departamento de Turismo cuja atividade principal é organizar projetos para estimular o turismo rural, como o Circuito das Frutas, envolvendo grupos mais organizados dos produtores. Além deste, assume importância a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, cuja função primordial é planejar e estabelecer diretrizes para a ocupação do solo, atuando na regulação e direcionamento da expansão urbana no município.

No âmbito estadual, merece destaque a Casa de Agricultura, da Coordenadoria de As-

sistência Técnica Integral (CATI), que já cumpriu o importante papel de fornecer assistência técnica aos produtores agrícolas, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950. Com a atividade vitícola já consolidada e a assistência técnica fornecida pelas empresas de insumos e agrotóxicos, a Casa de Agricultura de Jundiaí é pouco requisitada para este fim. Atualmente, com número de técnicos, recursos e infraestrutura bastante reduzidos, esta organização estadual cumpre tarefas estabelecidas pela administração central situada em Campinas, principalmente a elaboração de contratos de seguros, laudos e relatórios.

O estado também mantém no município, como já mencionado, o Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio de Frutas (CAPTA-Frutas) e o Centro de Automação, ambos fazem parte da estrutura do Instituto Agromônio de Campinas (IAC).

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo também dá suporte de crédito subsidiado aos agricultores familiares, via Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP). Apesar de não ser uma linha exclusiva para os vitivinicultores, o FEAP disponibiliza linhas de crédito voltadas para a fruticultura, agroindústria e turismo rural, além da aquisição de tratores de pequeno porte, mais adequado às necessidades produtivas da agricultura regional.

A criação da Câmara Setorial de Uva e Vinho do Estado de São Paulo (CSUV), em 22 de outubro de 2008, representou um passo fundamental para o desenvolvimento da cadeia vitivinícola paulista. Sediada na Coordenadoria de Desenvolvimento do Agronegócio (CODEAGRO), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, constitui um espaço importante de articulação e coordenação dos interesses dos diferentes elos da cadeia de produção do vinho e permite maior visibilidade e peso político para as várias reivindicações do setor. Atualmente, a câmara comporta cinco grupos de trabalho: produção de vinho artesanal; produção de vinho industrial; produção de uva de mesa; produção de uva para processamento; e projetos especiais. Particularmente para os vitivinicultores artesanais, que não tinham acesso facilitado junto ao governo e estão em processo de consolidação de suas organizações, a participação na câmara tem promovido e exposto suas demandas aos representantes institucionais competentes.

A CSUV é presidida pela liderança dos

envasadores e são claras as diferenças existentes entre os pleitos dos dois principais segmentos produtivos, por políticas de governo. Os envasadores, que trazem o vinho pronto de outros estados, têm como principal reivindicação a redução de impostos, para alcançar igualdade de condições com os demais estados da federação.

Uma das principais demandas do grupo de produtores artesanais junto à Câmara Setorial de Uva e Vinho é a possibilidade de utilização de um veículo adaptado para engarrafamento de vinho a um custo compatível com as suas receitas. O caminhão iria às propriedades e seria responsável pela fase de envasamento coletivo, característica principal da cooperativa. Segundo as lideranças do grupo, esta possibilidade contribuiria para o atendimento das exigências do MAPA e para a preservação da identidade das vinícolas familiares.

No âmbito federal, o Ministério da Agricultura atua na fiscalização dos estabelecimentos e dos produtos agropecuários comercializados no município. Ao receber denúncias de venda ilegal de produtos, a unidade do MAPA entra em contato e avalia a situação dos respectivos produtores denunciados. Em Jundiaí, mais do que autuar, os fiscais federais têm agido no sentido de orientar os produtores a se adequarem às exigências legais para a obtenção do registro e formalização do estabelecimento e dos produtos comercializados.

Em Jundiaí, as organizações governamentais, de um modo geral, estabelecem pouca articulação entre si. Mesmo as mais diretamente envolvidas com o segmento se dedicam a realizar ações já consolidadas, como a organização de festas do município. A articulação ocorre somente de forma pontual e, sobretudo, quando há alguma demanda de iniciativa externa. Não se estabelece uma relação de sinergia e de colaboração entre as diferentes organizações que afetem direta ou indiretamente o setor agrícola local.

Do mesmo modo, as organizações estaduais de pesquisa, que tiveram papel fundamental para o segmento da viticultura de mesa até meados do século passado, atuaram de forma pouco articulada com as atuais demandas do setor vitivinícola.

Quando se indagam os vitivinicultores sobre o papel das organizações municipais para dar suporte às atividades vitivinícolas no município, é quase unânime a declaração de que eles não são assistidos por aquelas que depen-

dem de recursos governamentais. Isso se deve ao fato de elas implementarem ações de forma pontual e esporádica, sem aderência com um plano maior de desenvolvimento do setor (OTANI, 2010).

O quadro 1 apresenta uma síntese das principais ações organizacionais responsáveis pela caracterização do movimento de revitalização da vitivinicultura de Jundiaí.

A análise das ações revela um forte envolvimento das lideranças das organizações com o desenvolvimento do setor vitivinícola, principalmente as do elo central da cadeia de produ-

ção, os sindicatos e as cooperativas de produtores de vinho.

Como resultado desse processo de revitalização e como estruturas que permitem a interação social em todos os níveis, no campo político, econômico e social, o Instituto Paulista de Vitivinicultura e a Câmara Setorial de Uva e Vinho do Estado, ainda carecem de maior representatividade de alguns elos da cadeia de produção para deterem maior eficiência democrática como esfera de articulação coletiva. Apesar de constituir avanço importante para a organização e desenvolvimento do setor vitivinícola, a câmara é

QUADRO 1 - Principais Organizações Participantes do Processo de Revitalização da Vitivinicultura de Jundiaí

Organização	Principais ações
<b>Produtores</b>	
Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho (AVA)	Coordena a organização e a formalização dos vinicultores artesanais de Jundiaí (promoção de festas, divulgação, parceria em pesquisa).
Sindicato da Indústria do Vinho de Jundiaí (SINDVINHO)	Organiza a atuação da indústria do vinho no município de Jundiaí (representação na Câmara Federal do Vinho e parceria em pesquisas).
Sindicato da Indústria do Vinho de São Roque (SINDUSVINHO)	Organiza a atuação da indústria do vinho no município de São Roque (promoção de festas, rótulos, roteiro turístico e parceria em pesquisas).
Sindicato Rural de Jundiaí	Atua em parcerias esporádicas para a promoção do setor.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jundiaí e Região	Disponibiliza área para experimento de pesquisa direcionada aos vinicultores familiares.
<b>Governos</b>	
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Jundiaí	Atua em parcerias esporádicas para a promoção do setor.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí	Atua em parcerias esporádicas para a promoção do setor.
Polo Turístico Circuito das Frutas	Atua em parcerias esporádicas para a promoção do setor.
Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas	Pequena participação dos produtores de Jundiaí no projeto.
Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP).	Atua em parcerias esporádicas para a promoção do setor.
Casa da Agricultura de Jundiaí (CA/Jundiaí)	
SAA/SP - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), Instituto de Economia Agrícola (IEA), Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL)	Equipe multidisciplinar para desenvolvimento de projetos pontuais.
SAA/SP - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP)	Políticas de financiamento e seguro para o setor.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Procura orientar os vinicultores artesanais quanto às normas vigentes.
<b>Coletivos</b>	
Instituto Paulista de Vitivinicultura - SP VINHO	Organizou o início do processo de mobilização e articulação do movimento em prol da revitalização da vitivinicultura paulista.
SAA/SP - Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO), Câmara Setorial de Uva e Vinho do Estado de São Paulo (CSUV)	Coordena as discussões e reivindicações da cadeia produtiva da uva e vinho industrial e artesanal do Estado de São Paulo.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Verdi et al. (2007, 2010).

passível de críticas principalmente por manter defasagem temporal entre as demandas dos segmentos produtivos e as respostas, muitas vezes dependentes da convergência de interesses econômicos e políticos e de pesquisas de médio e longo prazo.

Contudo, a literatura afirma que a participação em organizações que envolva negociação de interesses constitui uma das práticas mais eficazes para o desenvolvimento setorial e territorial na atualidade. Para o setor vitivinícola paulista e processo está em curso e depende da capacidade de interação e articulação dos agentes envolvidos.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Jundiaí verifica-se que, após um período sem políticas públicas especificamente direcionadas à produção de uva e vinho, está se iniciando uma movimentação para o desenvolvimento do setor. Mas ainda não se vislumbra uma coordenação efetiva entre as organizações governamentais, para se engajar no processo de desenvolvimento da vitivinicultura, liderado por organizações externas.

No município ainda prevalece o perfil de lideranças de organizações pouco articuladas entre si, o que dificulta o diálogo com outras organizações da sociedade civil, e mesmo com órgãos governamentais, para formular políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento do setor e suas formas de integração com a cidade. Esta realidade é resultado, apesar da existência de várias organizações de produtores, da ainda fraca articulação política do segmento agrícola do município, que tem dificuldade em se organizar em torno de interesses comuns, o que fragiliza o poder de negociação junto aos governos e outros setores econômicos.

A articulação empreendida entre importantes lideranças do setor teve como resultado o estabelecimento, em 2008, da Câmara Setorial da Uva e Vinho (CSUV), pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que é aberta para todos os elos da cadeia vitivinícola. Os principais participantes são as lideranças dos envasadores, dos vitivinicultores artesanais e funcionários de governo municipal e estadual, ligados às atividades do setor.

Apesar das diferenças, o discurso de

todos os setores envolvidos é a busca da revitalização da vitivinicultura em São Paulo e as ações, ainda que iniciais, estão sensibilizando parte das demais organizações, principalmente as lideranças dos produtores dos municípios vitivinicultores, para a necessidade de mobilização coletiva, a fim de pleitear ações de desenvolvimento do setor.

Como resultados importantes, além da criação da Câmara Setorial de Uva e Vinho, houve estímulo à mobilização em associações e cooperativas dos vitivinicultores artesanais de Jundiaí e de municípios próximos. Isto é de fundamental importância para o segmento se apresentar coeso e fortalecido nas negociações junto à CSUV e aos governos, na defesa dos seus projetos de desenvolvimento. Estes necessitam de um forte suporte das organizações públicas envolvidas para a formação de um arranjo institucional voltado para a resolução da condição de informalidade dos produtores de vinho artesanal, além da elaboração de políticas públicas de formação e implementação de uma agenda de ações e de investimento que promovam melhorias da infraestrutura básica, tanto para legalizar quanto para melhorar as condições de elaboração dos produtos.

O fortalecimento das associações de produtores e a representatividade destas na esfera de articulação e negociação da CSUV do Estado de São Paulo constituem esforços fundamentais para instaurar um processo de legitimação deste agrupamento social. A câmara surge como uma forma contemporânea de ação coletiva que busca estabelecer compromissos entre os atores envolvidos com a vitivinicultura.

Considerando que a aglomeração produtiva de vinho artesanal de Jundiaí está entre dois grandes centros consumidores do país, São Paulo e Campinas, essas medidas de melhoria de qualidade e de formalização, aliadas à preservação da tradição familiar e italiana tomam-se fundamentais para a exploração das externalidades positivas dadas pelo mercado.

Ao considerar que as instituições informais se originam do legado cultural transmitido por gerações sucessivas e são predominantes em sociedades menos complexas, nota-se que a tradição de produção constitui uma instituição informal<sup>7</sup> importante para o desenvolvimento da vitivinicultura artesanal no município

<sup>7</sup>A diferenciação entre instituições formais, como as leis estabelecidas pela sociedade, e as informais, como as convenções e códigos de comportamento (NORTH, 1994).

de Jundiaí.

Nesse caso, a cultura é entendida como “a transmissão, de uma geração a outra, via ensino e imitação, do conhecimento, valores, e outros fatores que influenciam o comportamento” e representa o veículo fundamental que explica o caráter estável e incremental das mudanças institucionais. Para North (1994), as condições típicas de comunidades tradicionais são:

a negociação repetida, homogeneidade cultural (conjunto comum de valores) e ausência de contratos (...). Nestes casos os custos de transação são baixos porque a especialização e a

divisão do trabalho são rudimentares (...)

Para tanto, sanadas as questões de qualidade, sanidade e legalidade, faz-se necessário a articulação institucional para a valorização da tradição na estruturação de roteiros turísticos, já que o enoturismo se consolida como fonte de novas perspectivas de desenvolvimento da agro-indústria familiar em áreas periurbanas. Assim, fica evidente que a produção vitivinícola artesanal de Jundiaí apresenta condições e forte potencial de sucesso, mas que ainda há um longo caminho a percorrer.

## LITERATURA CITADA

ADMINISTRAÇÃO DE JUNDIAÍ 1934-1992: 58 anos. **Revista da Uva**, Jundiaí, jan. 1992.

FLIGSTEIN, N. **Social skills and the theory of fields**. Berkeley: UC Berkeley, 2001. 44 p.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. **Banco de dados**: levantamento de área e produção dos principais produtos da agropecuária do Estado de São Paulo. São Paulo: IEA/CATI, 2010. Disponível em: <[http://ciagri.iea.sp.gov.br/bancoiea/subjetiva.aspx?cod\\_sis=1&idioma=1](http://ciagri.iea.sp.gov.br/bancoiea/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1)>. Acesso em: 08 set. 2010.

NORTH, D. C. **Institutions**: institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

OTANI M. N. **Estratégias de reprodução social em áreas periurbanas**: os produtores de vinho artesanal comercial em Jundiaí. 103 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Faculdade de Engenharia Agrícola, Unicamp, Campinas, 2010.

PIRES, E. L.; MÜLLER, G.; VERDI, A. R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set/dez 2006.

PROTAS, J. F. da S. **Programa de modernização da viticultura**. Brasília: MDIC, 2008. 9 p. (Trabalho apresentado na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados). Mimeografado.

ROMERO, L. A. B. **A vitivinicultura no Estado de São Paulo (1880-1950)**. 2004. 233 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

ROSA, S. E. S.; SIMÕES, P. M. Desafios da vitivinicultura brasileira. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 67-90, 2004.

SCHNEIDER, L. **Dinâmica locacional da vitivinicultura: novas regiões do Rio Grande do Sul e Vale do São Francisco**. 2006. 117 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, Piracicaba, 2006.

VERDI, A. R. et al. Arranjo produtivo local: identificação das possibilidades da viticultura na Região de Campinas. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 73-86, jul/dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Revitalização da cadeia vitinícola paulista**: competitividade, governança e sustentabilidade. São Paulo:

FAPESP, 2007 (Relatório FAPESP). Mimeografado.

VERDI, A. R. et al. **Revitalização da cadeia vitinícola paulista**: competitividade, governança e sustentabilidade. São Paulo: FAPESP, 2010 (Relatório FAPESP). Mimeografado.

\_\_\_\_\_.; SILVA, P. R.; FRANCISCO, V. L. F. S. Mobilização de proximidades para desenvolvimento territorial: desafio da viticultura do Pólo Bandeirante (Brasil). In: PROXIMITY CONGRESS "Proximity, between Interactions and Institutions", 50, Bordeaux, 2006. **Anais...** PROXIMITY CONGRESS: Bordeaux, 2006.

### **AMBIENTE INSTITUCIONAL DA VINICULTURA ARTESANAL EM JUNDIAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO**

**RESUMO:** *Este trabalho tem por objetivo analisar o ambiente institucional atual que rege a atividade vitivinícola paulista a partir dos produtores concentrados no município de Jundiaí. Essa região se sobressai no contexto paulista como um território vitivinícola tradicional por deter as grandes indústrias do setor e por concentrar o maior número de pequenos produtores de vinho. Estes cultivam a maior parte da uva utilizada na elaboração de seu vinho e contam quase exclusivamente com o trabalho da família para produzir e comercializar o produto, tarefas realizadas na própria propriedade rural. Ao deter tais características, estes pequenos produtores de vinho de mesa recebem a denominação de "produtores artesanais". Deparam-se com sérias dificuldades, como a carência de suporte das organizações das diferentes esferas de governo e a informalidade. Entretanto, a partir do ano 2000, ações governamentais associadas às de vários agentes ligados à produção de uva e vinho da região começaram a convergir e acabaram por estruturar o movimento em prol da revitalização da vitivinicultura paulista. Como consequência, foram criadas a Câmara Setorial de Uva e Vinho do Estado e associações e cooperativas de produtores artesanais.*

**Palavras-chave:** *vitivinicultura familiar, vinho artesanal, ambiente institucional, Jundiaí.*

### **INSTITUTIONAL ENVIRONMENT OF ARTISANAL VITIVINICULTURE IN JUNDIAÍ SAO PAULO STATE**

**ABSTRACT:** *This article aims to analyze the current institutional environment governing the wine industry in Sao Paulo, having as a starting point artisan producers concentrated in the municipality of Jundiaí. This region excels in the State of Sao Paulo as a traditional vitiviniculture territory insofar as it is home to the sector's big industries and concentrates the largest number of small wine makers in the State. These small producers grow most of the grapes used in their wine production and rely almost exclusively on family labor to both produce and market their product, tasks which are carried out in their own rural property. Because of these characteristics, these small wine makers are commonly considered as craft producers. Too many are the adversities faced by this vitivinicultural category, among which the lack of formal regulation and support, which should be provided by different spheres of government, and their high level of informality. However, since the 2000s government actions and the actions of multiple agents linked to the production of grapes and wine began to converge and eventually structured the movement for the revival of vitiviniculture. As a result, the state's Sectorial Chamber of Grape and Wine was created as well as associations and cooperatives of artisan producers.*

**Key-words:** *family vitiviniculture, artisanal wine, institutional environment, Jundiaí.*

---

Recebido em 27/01/2011. Liberado para publicação em 03/03/2011.